

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.744.748 - SP (2018/0131435-0)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**EMBARGANTE : CONDOMINIO EDIFICIO PARK CENTER**  
**ADVOGADO : RICARDO SCRAVAJAR GOUVEIA - SP220340**  
**EMBARGADO : CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO**  
**SABESP**  
**ADVOGADO : OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ - DF015553**

### **DECISÃO**

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos pelo CONDOMINIO EDIFICIO PARK CENTER, contra decisão de minha lavra, que, com fundamento no art. 255, § 4º, **II**, do RISTJ, **negou provimento** ao Recurso Especial (fls. 1.704/1.712e).

Em suas razões, alega o embargante o seguinte:

- "a) o erro in procedendo praticado pelo MM. Juízo 'a quo' ao decidir toda a matéria tomando como premissa que o pedido formulado foi direcionado a COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO enquanto que o pedido formulado foi direcionado ao BANCO DO BRASIL;
- b) a jurisprudência utilizada no provimento jurisdicional (STJ, AgInt no AREsp n. 268.431/RS, AgInt nos EDcl no REsp n. 1.460.908/PE, AgInt no AgInt no REsp n. 1.404.012/PR e AgInt no REsp n. 1.717.801/DF), ora embargado, trata-se da questão da ausência de responsabilidade do credor ao pagamento de correção monetária e juros moratórios enquanto o que se discute é a responsabilidade da instituição financeira ao pagamento de correção monetária e juros moratórios;
- c) a inaplicabilidade do entendimento consubstanciada na Súmula n. 568 do E. STJ, uma vez que a jurisprudência fundamentada não encontra-se correlacionada a matéria debatida nos autos" (fl. 1.717e).

A irresignação não merece acolhida.

De início, nos termos do art. 1.022 do CPC vigente, os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" e "corrigir erro material".

Não obstante a orientação acerca da natureza recursal dos Declaratórios, singularmente, não se prestam ao rejugamento da lide, mediante o reexame de matéria já decidida, mas apenas à elucidação ou ao aperfeiçoamento do **decisum**, em casos,

justamente, nos quais eivado de obscuridade, contradição, omissão ou erro material. Não têm, pois, de regra, caráter substitutivo ou modificativo, mas aclaratório ou integrativo.

**In casu**, ao contrário do que pretende fazer crer a parte embargante, a decisão está suficientemente fundamentada, uma vez que o acórdão recorrido manteve a decisão agravada ao argumento de que "o Banco do Brasil, como simples depositário dos valores consignados nos autos, certamente não se encontra em mora, sendo terceiro que não possui qualquer obrigação inadimplida perante o exequente" (fl. 1.706e).

E quanto à tese de responsabilidade da instituição financeira ao pagamento de correção monetária e juros moratórios, esta foi bem delineada nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, segundo a qual o depósito judicial do valor em litígio impede a atualização monetária e a fluência de juros moratórios, haja vista que a instituição bancária em que realizado o depósito já remunera a quantia com juros e correção monetária, afastando o indevido **bis in idem**, aplicável, portanto, o enunciado da Súmula 568/STJ.

Deve-se ressaltar que os Embargos de Declaração não constituem veículo próprio para o exame das razões atinentes ao inconformismo da parte, tampouco meio de revisão, rediscussão e reforma de matéria já decidida.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECLAMAÇÃO. RESOLUÇÃO STJ N. 12/2009. OMISSÃO. ACOLHIMENTO.

1. **Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como quando há erro material a ser sanado.**

2. Embargos declaratórios acolhidos sem efeitos infringentes" (STJ, EDcl nos EDcl na Rcl 28.977/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 11/03/2016).

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. HIPÓTESES DO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.

1. **Os embargos de declaração apenas são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade do julgado recorrido, admitindo-se também esse recurso para se corrigir eventuais erros materiais constantes do pronunciamento jurisdicional.**

2. **No caso, está evidenciado o intuito do embargante em rediscutir a matéria já integralmente decidida pelo órgão judicial recorrido, o que não se admite nos estreitos limites do**

**art. 535 do CPC.**

3. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgRg nos EAREsp 540.453/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada do TRF/3ª Região), PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 04/03/2016).

Pelo exposto, à míngua de vícios, **rejeito** os Embargos Declaratórios.

I.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministra ASSUSETTE MAGALHÃES  
Relatora